

AMÉRICA ENFERMA: DO FLAGELO À REDENÇÃO – UMA LEITURA DA OBRA “AMÉRICA LATINA – MALES DE ORIGEM”, DE MANOEL BOMFIM

Renata Baldin Maciel¹

Carlos Henrique Armani²

Introdução

Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas para o meu Trabalho de Conclusão de Curso na UFSM. Consiste em um estudo das ideias contidas na obra *A América Latina: males de origem*, escrita em 1903 e publicada em 1905, cuja autoria é do político, historiador, médico e educador Manoel Bomfim³.

No pensamento de Bomfim podemos encontrar uma perspectiva de crítica à história do Brasil e a indicação de uma possibilidade de futuro que remete a uma concepção aberta do tempo, por meio da qual os determinismos são refutados. As heranças históricas, o parasitismo, o conservantismo, a ignorância, o atraso, a espoliação, a inferioridade das raças, os emigrantes e a educação são alguns dos principais temas de sua tese.

O presente trabalho inclui-se teórica e metodologicamente na chamada História das Ideias, com ênfase nas propostas de Franklin Baumer⁴.

A preocupação de Bomfim em pensar a nação, que na verdade é um esforço de interpretar a sociedade, de esclarecer suas novas configurações a fim de definir uma

¹ Autora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Bolsista FAPERGS. Email:renatabmaciel@gmail.com.br

² Orientador/Co-autor. Doutor em História; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História; Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Rio Grande do Sul. Email: carlos.armani@ufsm.br

³ Esclarecemos que a escrita do nome desse intelectual aparece de diferentes formas na historiografia, partindo da dúvida deixada pelo próprio autor. Optamos nesse trabalho em nos referirmos a ele como Manoel Bomfim.

⁴ Apesar desse trabalho pautar-se mais no método proposto por Baumer, salientamos que outras tantas contribuições à História das Ideias foram elaboradas por Arthur Lovejoy, Mark Bevir, Quentin Skinner e John Pocock.

identidade para a nação, implica uma tematização anterior que é “pensar a sociedade”. Esta última, por sua vez, constitui o que Baumer chamou de questões perenes.

Para Baumer (1990), a história das ideias preocupa-se essencialmente em fornecer uma resposta às questões perenes que englobam a natureza, o homem, a sociedade, a história e o próprio Deus. Essas questões nada mais são, segundo o autor, do que “questões que o homem levanta, mais ou menos continuamente, através de todas as gerações e de todas as épocas” (BAUMER, 1990, p. 27). São classificadas como perenes porque o homem não pode abster-se de fazê-las, visto que delas depende sua orientação no universo.

Em *A América Latina* também podemos encontrar as apropriações de conceitos lançados por importantes figuras em voga no século XIX, como Comte, Darwin e Spencer. Apesar de utilizar metáforas biológicas, realiza críticas à aplicação corrente entre os sociólogos acerca do evolucionismo proposto por Darwin, assim como da absorção da ideia de inferioridade das raças adotada pelos intelectuais da época. Como veremos no decorrer do texto, em sua obra encontramos diversos termos que remetem ao biologicismo utilizados nas comparações entre as espécies de animais e as “raças” humanas, como por exemplo: espécie, parasitismo, degeneração, organismos biológicos e organismos sociais, órgãos, biologia, evolução, meio, doença, espécies, organismos animais, parasitas, degeneração, tênias, presas, moléstias, vespas parasitas, traças de rapina, cadáver, entre outros.

Por motivos diversos, na época seus ensaios não foram considerados obras-primas, então o leitor pode nos interrogar do porquê de escolhermos justamente Manoel Bomfim para realizar esse estudo. De antemão, respondemos que para o historiador das ideias que está interessado em investigar as contribuições importantes das ideias ou estados de sentimentos deixados ao homem contemporâneo por seus predecessores, um escritor menos reconhecido pode ser tão ou mais importante quanto aquele que recebeu o júbilo da sociedade.

Na história das ideias, os intelectuais desempenham papel fundamental, fato já mencionado por Baumer. Pode então o leitor pensar que aqui há uma contradição: como contemplar os pequenos escritores, sejam eles até de folhetins e, ao mesmo tempo os responsáveis pelas famosas obra-primas? A questão é mais simples do que parece: o que temos que ter em mente é a relação do intelectual com o resto da sociedade. Por um lado esse intelectual constitui uma classe distinta, “uma espécie de classe sem classe, relativamente destacada das lutas diárias da feira ou do foro, ocupando-se do pensamento original, criativo e crítico da sociedade” (BAUMER, 1990, p. 23). Todavia, essa classe não está suficientemente

desligada da sociedade; nela cruzam-se outras classes que partilham interesses comuns de sua época.

Interessamos-nos fundamentalmente por como Bomfim interpretou a sua sociedade. Dessa forma, corroborando com essas ressalvas, Mark Bevir (2008), ao realizar a diferenciação entre o significado semântico e o significado hermenêutico, enfatiza o quanto o sentido de realidade “autêntica” pouco interessa aos pesquisadores das ideias. Segundo o autor, os objetos não constituem sentidos ontológicos. Quem fornece uma função semântica aos objetos somos nós, ou seja, o mundo dos objetos não cumpre qualquer função semântica. Dessa forma, há uma valorização dos usos e significados das regras de linguagem. O autor não quis com isso negar a realidade, mas sim, um suposto significado pré-estabelecido fora das regras de linguagem por meio das quais atribuímos sentido à realidade. O sentido histórico depende então do significado que cada indivíduo atribui às regras de linguagens utilizadas em determinado momento. Sendo assim, é a partir do sentido hermenêutico que os historiadores das ideias podem investigar as ideias vinculadas por uma declaração, sem restringir a História das Ideias a uma sociologia dos intelectuais.

Outro elemento importante para essa análise é o conceito de historicidade descrito por François Hartog (2006, 1997, 2003) quando este se preocupou em investigar o tempo. Esse regime pode ser descrito como a experiência do tempo que modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Para esse trabalho esse conceito é interessante na medida em que pode ser utilizado para compreender as categorias de presente, passado e futuro na perspectiva de Bomfim. Esses elementos compõem a filosofia da história, entendida, por Armani, no caso brasileiro, (2010, p. 45-46) como “uma tentativa de apreender globalmente o processo histórico e nele posicionar o Brasil como sujeito nacional”.

A construção de uma filosofia da história do Brasil, por exemplo, não é exclusividade de Bomfim, foi criação de muitos intelectuais do final do século XIX. Essa filosofia da história foi elaborada ao mesmo tempo em que ocorria um esforço generalizado de afirmação das identidades nacionais, cujos exteriores constitutivos compunham-se pela Europa e pelas “Américas”.

Degeneração: os males de origem

Em um primeiro momento faz-se necessário esclarecermos de modo breve como Bomfim apresenta aos leitores sua filosofia da história. Esta é caracterizada pela concepção progressista e linear da história e também por manter uma finalidade declarada para a mesma. Bomfim atribui ao passado o surgimento dos males, ao presente a permanência e disseminação dos mesmos e ao futuro a esperança de que poderemos romper com esses laços e atingir o progresso e a plenitude civilizatória. Em outras palavras, a finalidade da história no projeto de Bomfim é conquistada com a superação do período anterior, graças à educação, que é uma espécie de veículo emancipador.

Para falar dos males da nação, Bomfim porta-se como o médico que investiga a enfermidade de seu paciente, ou seja, investiga o histórico do doente. O mesmo procedimento é aplicado para os males que afligem a América Latina e para combatê-los é necessário desviarmos nossa atenção para o passado das metrópoles.

Entre os males e vícios ressaltados por Bomfim está o parasitismo, a degeneração, o conservantismo, a imitação, entre outros. Veremos a seguir como esses conceitos aparecem na obra bomfiniana.

A tese de Bomfim baseia-se no princípio biológico de que “a função faz o órgão. Quer dizer, o exercício constante de um órgão aperfeiçoa-o, desenvolve-o, adapta-o de mais em mais à função; modifica-o, transforma-o” (BOMFIM, [1903], 2000, p.648). Sendo assim, quando uma nação acostuma-se a viver da exploração de outra atrofia-se, involui. O resultado final desse processo é a degeneração das funções e a inferioridade do organismo.

A seguir abordaremos o que Bomfim entende acerca do sedentarismo e da degeneração. Veremos como esses conceitos aparecem atrelados à Espanha, a Portugal e ao Brasil.

De modo mais geral, Bomfim chama a atenção para o fato de que enquanto as demais nações abandonaram a vida militar e solidificaram as indústrias, vivendo de forma produtora, Espanha e Portugal “transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!” (BOMFIM, [1903], 2000, p.699). Tal era o grau de sua degradação que já não conseguiam manterem-se presos às suas vítimas e caíram por completo.

Bomfim faz uma diferenciação entre o predatismo e o parasitismo sedentário. O primeiro é atribuído à fase inicial da colonização onde ocorre a exploração sistemática das riquezas, quando essas terminaram adentra-se na fase sedentária.

Em resumo, o parasitismo e a degeneração são explicados por Bomfim a partir do fato de Portugal e Espanha, terem adquirido uma educação guerreira e depredadora, que os impediam de adaptarem-se ao trabalho pacífico. O heroísmo, aos poucos, foi sendo pervertido e curvou-se ao gosto da luta pela lula, pela crueldade. A degradação, nesse sentido, avança até culminar no sedentarismo, fase de exploração da terra e utilização dos negros africanos e dos indígenas para o trabalho. Nesse momento, portugueses e espanhóis solidificam suas categorias de parasitas, espalham seus tentáculos sobre todas as esferas da sociedade para viver às custas do trabalho alheio.

Em se tratando do parasitismo, Bomfim diz que em Portugal essa foi uma prática comum em diversos grupos como a Igreja, o Estado, a nobreza, a burguesia e até mesmo a plebe. A adaptação das sociedades peninsulares ao parasitismo em suas colônias seria um sintoma de indício para o estado de degeneração das mesmas. Vivendo assim durante séculos, fizeram de tudo para manter essa situação, por isso adotaram medidas para estagnar a evolução das sociedades colonizadas. Na América, Bomfim afirma que quando começou a colonização desse território, as nações peninsulares já tinham o hábito de praticá-lo. Sendo assim, o regime aqui implantado não podia de natureza adversa daquele pautado na exploração parasitária e que vedava todas as possibilidades de progresso da nação. As classes que lutaram para conservar suas vantagens continuaram perpetuando-se e incorporando-se cada vez mais ao Estado.

Consequências dos vícios herdados

O parasitismo influenciou diretamente sobre a vida das novas nacionalidades na América Latina, relegando-as a inúmeros vícios que se perpetuaram no pós-independência. Sobre os efeitos desse parasitismo, Bomfim agrupa-os em duas categorias, os efeitos gerais e os efeitos especiais.

Os efeitos gerais remetem as alterações ocorridas no organismo parasitado e manifestam-se em três aspectos: “o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita (...) e finalmente, a

[Digite texto]



adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas” (BOMFIM, [1903], 2000, p.700).

O organismo parasitado é descendente do parasita e por este foi educado. Desse fato emerge uma contradição que ocorre simultaneamente, ou seja, a imitação e a repulsão. O parasitismo também influenciou a vida social, moral e intelectual e teve como resultado a segregação da população e o ódio mútuo entre os diversos grupos:

As populações nascem assim desunidas; crescem, e crescem com elas os ódios. A vida é um conflito permanente, uma luta desordenada, com episódios de violência e barbaria, de crueldade bestial, de perversidade torpe. A luta começou no dia em que o primeiro aventureiro pisou a América, e ainda não cessou. (BOMFIM, [1903], 2000, p.722)

Tudo isso contribuiu para marcar o caráter de guerra permanente dessas nações. Os efeitos das lutas sobre as nacionalidades concentram-se na “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos” (BOMFIM, [1903], 2000, p.725).

Quanto aos efeitos especiais, esses são distribuídos em três categorias: herança, educação e reação.

Bomfim conceitua a hereditariedade social como sendo a herança psicológica que configura o caráter de um grupo. Ela é herdada pelo indivíduo e permite que este se identifique com sua classe, ordem, espécie e caracteres individuais recebidos dos pais. A educação por sua vez, seria responsável por completar a formação do caráter nesse indivíduo. Bomfim utiliza esse argumento para esclarecer como as inclinações dos povos que nos colonizaram direcionaram a maneira das gerações posteriores a eles em todas as áreas. Essa afirmação revela uma inclinação de Bomfim aos preceitos deterministas, no entanto, ao admitir que a América Latina pode ter um futuro diferente da situação de “inferioridade” característica de seu passado, observamos que Bomfim imediatamente desvincula seu pensamento dessa concepção.

Quando Bomfim trata dos males gerados pela hereditariedade e da educação fornecida pelos parasitas, diz ser o conservantismo a herança mais funesta a nós transmitida. Bomfim vai mais além e diz que “na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista” (BOMFIM, [1903], 2000, p.730-731).

Candido ressalta o fato do estudo de Bomfim ter mostrado que o “conservantismo na América Latina tanto foi mais forte, quanto inconsciente, por ser visceral” (CANDIDO, 1993, p. 138). Para Bomfim, a prática conservadora na América do Sul estava difundida em diversos partidos não só pelo interesse, mas também em decorrência da herança e da educação. A posição de Bomfim quanto à generalização do conservantismo é enfática e ousada:

Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício. Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pétreo dos conservadores. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às ideias. (BOMFIM, [1903], 2000, p.734)

Percebemos em Bomfim certa desilusão quanto aos líderes revolucionários. Eles defenderam projetos capazes de promover reais mudanças na sociedade, porém, promoveram revoluções que perdem sua ação no instante em que assumiram o poder. Essa é uma chaga provocada pela herança dos povos colonizadores, vorazes parasitas, que ao explorar suas vítimas as impediram de progredir.

Para Bomfim, os homens afetados por esse conjunto de vícios são providos de uma falta de observação, fato que os afasta das necessidades reais da população. Eles teriam se apegado em demasiado à rigidez das fórmulas contidas nos livros e tentaram adequá-las para resolver uma infinidade de problemas sem se preocuparem as especificidades nacionais. Esse quadro remete ao que chamamos de problemática dos bacharéis.

Após analisar os defeitos de caráter relacionados à hereditariedade e à educação, Bomfim passa para os defeitos decorrentes da imitação e a reação da população contra a exploração das metrópoles.

A noção de Estado é fundamental para entendermos esses defeitos. Para Bomfim, esse conceito manteve-se o mesmo dos tempos coloniais, foi conservado pela tradição. Nas diferentes gerações de governantes as mesmas políticas foram institucionalizadas graças à educação recebida e à imitação das práticas anteriores. Na sociedade, o aparelho governamental, o Estado, representava a parte mais resistente ao progresso. Nem crises políticas nem revoluções seriam capazes de alterá-lo. Esse órgão seria um aparelho à parte da própria nacionalidade, alheio a sociedade, inimigo das novas nacionalidades. Por essa razão, é compreensível o ódio que a população manifestou contra o Estado. Essa aversão não

é nova, iniciou no período colonial e seria uma reação do organismo parasitado contra o parasita:

Abandonadas pelo Estado, sofredoras e infelizes, natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas. Elas vêm às coisas como estas se lhes apresentam: o Estado só existe para o mal- extorquir e tyrannizar, e o povo desconfia dele, tem-no como inimigo, quer-lhe mal; está sempre disposto a desobedecer-lhe, porque sabe que, dos atos e resoluções do poder público, lhe vêm, quase sempre, danos e opressões. (BOMFIM, [1903], 2000, p.767)

Em meio a esse ambiente tirânico e opressor, as revoltas se espalhavam por todos os cantos. Nas palavras de Bomfim “o levante é o remédio usual, e único eficaz”. (BOMFIM, [1903], 2000, p.771). Dessa forma, dois grandes males estenderam suas raízes nas nações sul-americanas, o hábito de revoltas armadas e as revoluções violentas e a desobediência à autoridade legal.

Mesmo denunciando esses vícios e a situação triste em que se encontravam as nações da América do Sul, Bomfim demonstrou esperanças de que essa situação poderia se modificar. Para defender essa ideia, Bomfim criticou as alegações científicas referentes à inferioridade da raça e à suposta incapacidade que alguns povos teriam de se autogovernarem. Para ele, que não há nada na ciência que prove a existência de condições propícias para que isso ocorra. Ao manter essa posição, Bomfim rompia com seus contemporâneos que, em sua maioria, eram adeptos do racismo científico.

Além de todos esses itens, Bomfim preocupa-se em resolver a seguinte questão: se no parasitismo os parasitas transmitem através da educação e das heranças seus vícios e virtudes e tendo em vista que os parasitas (as metrópoles) decaíram, por que o destino dos parasitados poderia ser outro? Por que estariam aptos a progredirem? Para Bomfim, na situação parasitária, somente o parasita degenera, o organismo parasitado sofre geralmente de um enfraquecimento ascendente, que não seria uma degeneração em si. Sendo assim, se os parasitados libertarem-se, poderão atingir a cura de todos os males.

Em resumo, não há transmissão de degeneração, nem mesmo considerando que o organismo parasitado é descendente e educado diretamente pelo parasita. Mesmo recebendo todos os tipos de vícios e defeitos, a colônia, por exemplo, foi sempre impelida a produzir, enquanto as metrópoles se acostumavam a viver do trabalho dos outros, tornavam-se inaptas a sobreviverem por si mesmas. Para Bomfim, “o parasitismo social não é irredutível como o

parasitismo biológico; os grupos parasitas podem se regenerar” (BOMFIM, [1903], 2000, p.854-855).

Bomfim aborda também a questão do caráter e dos efeitos da influência das outras raças além das europeias, como por exemplo, as indígenas e africanas. Inicialmente, destaca duas qualidades das nações peninsulares, a parte do parasitismo: o patriotismo e o poder de assimilação social. Esse mesmo patriotismo pode ser encontrado nas nações sul-americanas. Esse poder de assimilação ímpar dos povos ibéricos deriva de sua grande plasticidade intelectual e sociabilidade desenvolvida. Essas qualidades poderiam ter feito esses povos triunfarem por muito mais tempo não fosse sua escolha pelo parasitismo, opção que os levou à destruição. Essas qualidades foram transmitidas para os povos das nações americanas, por isso, encontramos também nesse território a mesma plasticidade intelectual e sociabilidade. Esta última, no Brasil, foi até mais desenvolvida devido à assimilação de raças distintas, tais como os negros, índios e brancos.

Em síntese, herdamos as influências dos povos peninsulares assim como dos índios e dos negros africanos. Essa influência, por sua vez, não foi muito profunda, pois “sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação” (BOMFIM, [1903], 2000, p.791-792). Segundo Bomfim, esses povos eram dotados de “inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado” (BOMFIM, [1903], 2000, p.791-792) e adaptam-se a qualquer condição de vida. Por isso, uma das principais características que herdamos deles é a renovação.

Podemos dizer que mais absorveram as qualidades dos mais cultos (ibéricos) do que transmitiram as suas, aliás, esses traços foram desaparecendo com o passar das gerações. Das qualidades dos africanos podemos destacar principalmente a efetividade passiva e dócil, entre os defeitos, a submissão, a frouxidão da vontade, etc. Os indígenas por sua vez, possuíam como qualidades o amor pela liberdade, à coragem física e como defeitos a instabilidade intelectual decorrente de seu espírito imaturo, o desinteresse e a indolência. Todos esses defeitos, para Bomfim, podem ser corrigidos pela educação.

Em relação à influência da mestiçagem, Bomfim diz que, para alguns etnologistas, o cruzamento entre raças diferentes origina raças inferiores e tal situação poderia ser observada nas nações sul-americanas. Porém, mais uma vez Bomfim defende que essa ideia não possui nenhuma comprovação científica. Segundo Candido “ele afirma que o que se atribui de

negativo ao índio e ao negro é na verdade fruto de circunstâncias histórico-sociais, não étnicas” (CANDIDO, 1995, p. 286). Bomfim sustenta que “não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral” (BOMFIM, [1903], 2000, p.811-812). Por conseguinte, não seria admissível que ocorresse algum tipo de regressão moral ou intelectual nos povos mestiços. Muitos dos defeitos relegados aos mestiços devem-se mais a pouca educação que recebem do que ao seu caráter

Cancelli (2004) retoma essa discussão e relembra que para Bomfim nem a raça nem o meio são fatores determinantes, visto que uma raça não seria superior à outra. O autor, em diversas passagens, afirma que o que existe são sociedades mais civilizadas que outras ou com uma cultura mais elevada. A história seria o fator determinante.

Como salientamos em parágrafos anteriores, em muitos dos contemporâneos de Bomfim encontramos a problemática da raça e do meio como fatores limitantes para o futuro das nações. Essas discussões estavam atreladas à crença em uma ciência infalível e incontestável que utilizava teorias de inferioridade para legitimar a exclusão social e política de uma grande parcela da população e culpá-las pelas violências e as misérias.

Faz-se necessário nos determos um pouco mais nessa problemática. A teoria da inferioridade das raças defende que há “superiores” e “inferiores” e que estes não poderão jamais alcançar o mesmo grau de cultura que os demais. Sendo assim, os povos inferiores são incapazes de governarem-se. A teoria da inferioridade das raças para Bomfim é uma hipócrita ferramenta utilizada pelos mais fortes para explorar os mais fracos. Essa teoria torna-se falha na medida em que não satisfeitos em dominar os povos ditos “inferiores”, os europeus competem entre si, tentam um dominar o outro. Mesmo assim, diversos sociólogos, assim como a ciência antropológica e a biologia manifestam-se a favor da mesma, fundamentados nos seguintes argumentos:

Os argumentos de que se servem os tais sociólogos são: 1) que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial. (BOMFIM, [1903], 2000, p.801)

Como base para o primeiro argumento é utilizado, na concepção de Bomfim, erroneamente a teoria evolucionista de Darwin. Este nunca pretendeu que a lei da seleção natural fosse aplicada aos seres humanos.

Em relação à luta pela vida, Paredes afirma que para Bomfim a luta “não se dá *na* natureza (como em Darwin), mas, numa perspectiva colada no ideário hegeliano, esta luta dá-se *contra* a natureza, no sentido de, com os instrumentos da razão, superar os condicionamentos naturais” (PAREDES, 2011, p. 209). O próprio Bomfim deixa clara sua interpretação da teoria darwinista: para ele, a luta pela vida em termos darwinistas não remete ao sentido de combate corpo a corpo, mas sim ao esforço para conservar e propagar a vida. Por isso, não seria correto transpor os conflitos do reino animal para os homens. Suas condições são completamente desiguais e estariam desviando-se da verdadeira teoria de Darwin. O que concluímos é que Bomfim mescla a teoria darwinista com a hegeliana, as concilia e não se afasta necessariamente das ideias de Darwin quanto a esse tema, como propõe Paredes.

Prosseguiremos agora tratando dos caminhos que levam à cura dos males que oprimem a nação. Como já mencionamos no capítulo que trata dos países parasitas e dos hospedeiros, a chave para o remédio está no estudo da trajetória dos conquistadores e dos vícios perpetuados.

Regeneração: a cura para o mal

Bomfim analisa o passado das nações ibéricas e a situação das novas nacionalidades da América Latina a fim de evidenciar a cura para seus males. O mal é proveniente da herança e da educação recebida, no contexto de opressão parasitária. Quando os invasores aqui se instalaram, não estavam interessados em fazer uma nova pátria nesse solo, tal como ocorreu na América Inglesa, lançaram-se unicamente à rapina das riquezas e à exploração dos mais fracos.

As aventuras e o heroísmo das conquistas cederam lugar à especulação do trabalho da presa, a dependência dos invasores tornou-se generalizada culminando em sua degradação, a conservação e a repulsa ao progresso tornaram-se soberanas nas novas nações. Essas sociedades, desde os primeiros tempos foram marcadas pelo conflito, pelo ódio à metrópole, cujos mecanismos se perpetuaram na figura do Estado, que, por sua vez, não tardou a ser considerado inimigo da população.

Devido a situação de atraso em que estavam, as populações latino-americanas rebelaram-se, dando início aos movimentos de emancipação. Porém, os revolucionários foram contaminados pelo conservantismo e, vinda a República, as regras continuavam as mesmas. Os conservadores travestidos de revolucionários souberam transformar o fogo da revolução em brasa morna, a possibilidade de reavivamento da chama foi mantida sobre forte controle. Os preconceitos, a ignorância, o conservantismo, os privilégios, todos esses elementos sobreviveram mais vivos do que nunca. A situação das nações sul-americanas era triste.

A revolução foi uma das primeiras alternativas para livrar a nação dos males nela impregnados. Porém, em parte devido a decepção com a implantação da República no do Brasil, Bomfim procura outra alternativa que possibilite mudanças ainda mais profundas.

É vislumbrando esse quadro que Bomfim encara a instrução popular como remédio contra o atraso latino-americano:

É a IGNORÂNCIA, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. Eis a conclusão última desta longa demonstração: a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar. (BOMFIM, [1903], 2000, p.867)

Bomfim tenta entusiasmar a sociedade dizendo que as dificuldades não são razões para ficarmos de braços cruzados, pois “como estamos não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado” (BOMFIM, [1903], 2000, p.868-869).

A instrução é fundamental para um povo progredir, é por meio dela que a liberdade é alcançada. É justamente a partir da difusão da educação e da prática da ciência que nossos males serão curados. A riqueza material exige atividade e é por meio do conhecimento que os indivíduos poderão dedicar-se a atividades inteligentes que garantem a prosperidade e o progresso.

Para Bomfim, difundir o conhecimento nas nações sul-americanas, seria a única forma de diminuir as diferenças entre elas e as nações modernas, como os EUA e a Europa. Modernizando a América Latina, conseguiríamos impor nossa nacionalidade e afastar nossas pátrias do perigo termos que enfrentar possíveis investidas.

Para Bomfim, o Estado republicano deveria assumir a responsabilidade de difundir igualmente a instrução primária para os negros, índios e brancos a fim de romper com a ignorância e corrigir seus defeitos. Difundir a educação é dever dos governantes, pois a

mesma garante a existência de um regime verdadeiramente livre na medida em que os homens estão isentos da ignorância e de posse de sua inteligência, garantido que sejam senhores do seu próprio destino. No entanto, para que isso ocorresse, deveríamos abandonar as imitações das teorias estrangeiras, investir na formação do saber popular voltado para a realidade das nações sul-americanas, e renunciar ao bacharelismo. Apesar de todas essas orientações, Bomfim não deixa claro qual seria o interesse do Estado em promover essas mudanças ou quais os fatores que dariam o impulso inicial para que as mudanças começassem a ocorrer.

Cancelli (2004) defende que o “exotismo” ligado aos povos latino-americanos servia de justificativa para os ataques estrangeiros a essas nações, porém, para Bomfim, esse mesmo estranhamento também servia de pretexto para o projeto de uma sociedade livre e democrática por via da educação. Essa era uma possibilidade real para o Brasil na medida em que nesse local reuniam-se as características de três raças distintas que ofereciam condições para concretização do surgimento do “homem cordial”.

Apesar do forte cunho revolucionário encontrado no *América Latina*, o remédio proposto por Bomfim atenua um pouco o tom de seu projeto. Esse fato marca o que Candido chamou de “ambiguidade do radicalismo, e as consequências revolucionárias se atenuaram em benefício de uma visão ilustrada, segundo a qual a instrução seria remédio suficiente para redimir as massas” (CANDIDO, 1995, p. 2887-288).

Mesmo sendo inspiração para muito autores da posteridade, as ideias de Bomfim na época foram alvos de muitas críticas, em especial de seu colega Sílvio Romero, que dedicou-se a elaborar uma série composta por cerca de vinte e cinco artigos no seminário, *Os Anais*, do Rio de Janeiro, que foram compilados em um volume único em 1906.

Após a publicação de *A América Latina*, Bomfim abandonou os temas históricos por quase duas décadas devido as suas atividades enquanto educador e pedagogo e também aos compromissos exigidos pelo cargo de deputado estadual de Sergipe. Quando retomou os temas históricos, já se encontrava doente em decorrência de um câncer de próstata. No final dos anos de 1920 publicou sequencialmente suas últimas três obras: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931).

3. Considerações finais

Manoel Bomfim, destacou-se como intérprete da nação na virada do século XIX para o XX a partir de sua obra *A América Latina: males de Origem* (1903). Esse intelectual contribuiu de forma excepcional para a historiografia por se dispor a pensar a América em termos globais.

A partir dessa obra obtemos informações de como Bomfim percebeu o passado colonial da América Latina, quais foram às ameaças, as garantias de sucesso e os males da nação. Constatamos também que o pensamento bomfiniano oferece importantes subsídios para aqueles que objetivam investigar a consciência histórica do final do século XIX.

Após estudarmos *A América Latina*, concluímos que mesmo Bomfim tendo utilizado inúmeros argumentos biológicos em sua compreensão do processo social, sua linguagem repleta de empréstimo da biologia, é figurativa e não literal. A apropriação do sentido desses termos talvez seja um dos traços mais marcantes de sua obra e demonstra, ao contrário do alguns autores pensam, uma das tantas rupturas realizadas por Bomfim em relação às teorias deterministas.

Na perspectiva progressista da história no pensamento de Bomfim encontramos a defesa pela superação do passado, a refutação das teorias raciológicas e de outras tantas ordens de determinismos sociais. O futuro apresentado no projeto bomfiniano é de inúmeras possibilidades para as nações latinas, pois nele, os homens poderão alcançar a evolução e a ruptura com os vícios através da instrução.

Como podemos conferir no decorrer de nossa análise, a educação possui uma das mais importantes funções na perspectiva histórica de Bomfim. Ela seria a ferramenta que permitiria às nações latino-americanas atingirem o progresso necessário para traçar um destino oposto àquele que levou Portugal e Espanha à degeneração.

O remédio para os males da nação proposto por Bomfim é a instrução da massa. Porém, tendo em vista o caráter da obra bomfiniana, ficamos com impressão de que faltam mais explicações sobre como iniciaria a mudança através educação. Há indícios que nenhum fator interno teria força suficiente para romper o círculo vicioso das permanências.

São muitos os questionamentos que afloram em nós após lermos *A América Latina: males de Origem*. Resta-nos a esperança que os mesmos possam ser vistos não como um empecilho, mas sim como ponto de partida para futuras pesquisas.

Longe de nos oferecer análises esgotadas, essa obra de Bomfim demonstra ser um objeto profícuo para outros estudos. Levando esse fato em conta é que decidi permanecer investigando essas questões durante minhas pesquisas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Santa Maria - RS. Meu objeto de pesquisa ampliou-se de modo que procuro agora investigar como o brasileiro Manoel Bomfim, o argentino Carlos Octavio Bunge e o uruguaio José Enrique Rodó pensaram acerca da América Latina, relataram os problemas continentais que afetavam seus países e quais as soluções propostas para os mesmos.

Referências bibliográficas

- ARMANI, Carlos Henrique. Problemas de Historicidade na História das Ideias. In: PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo. (Orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 204-233.
- BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Volume I: séculos XVII e XVIII. Portugal: Edições 70, 1990, pp. 11-40.
- BEVIR, Mark. A lógica da história das ideias. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2008, p.51-104.
- BOMFIM, Manuel. *A América Latina: males de Origem. 1903*. IN: SANTIAGO Silviano. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p.626-895.
- CANCELLI, Elizabeth. *A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho*. História (online). 2004, vol.23, n. 1-2, p. 111-132.
- CANDIDO, Antonio. Os brasileiros e a nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, Cap. 23, p.130-139, p.35-58.
- _____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. (introdução p.9-13; p.146-149).
- _____. Radicalismos. In: *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 265-291.
- HARTOG, François. *O tempo desorientado. Tempo e história*. “Como escrever a história da França?” Anos 90, Porto Alegre, nº 7, julho de 1997, p.7-28.
- _____. *Tempo e Patrimônio*. Várias Histórias, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.
- _____. *Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo*. Revista de História nº 148 (1º - 2003) p. 09-34.
- LOVEJOY, Arthur O. *A Grande Cadeia do Ser. Um estudo de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p.13-31.
- MARK, Bevir. A lógica da História das Ideias. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: SP: Edusc, 2008, p. 51-104.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.7-35.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

PAREDES, Marçal de Menezes. A Ibéria como mal-de-origem: organicismo e tribunal da história em Manoel Bomfim. In: PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo. (Orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 204-233.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 181-231.